

(/Home)

Publicado em 21/03/2023 - ISBN: 978-85-5722-669-2 -
DOI: 10.29327/1193962

Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo

Universidade Federal da Paraíba

f Compartilhar (<http://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/>)

t Tweet ([https://twitter.com/intent/tweet?text=Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo&url=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/&via=@even3congressos](https://twitter.com/intent/tweet?text=Sem%20lei%20nem%20rei,%20me%20vi%20arremessado%20-%20por%20outros%20projetos%20pol%C3%ADticos%20de%20curr%C3%ADculo&url=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/&via=@even3congressos))

Coordenação Geral

Ana Cláudia da Silva Rodrigues (UFPB)

Ângela Cristina Alves Albino (CCA/UFPB)

Franklin Kaic Dutra-Pereira (UFRB)

Maria Zuleide da Costa Pereira (UFPB)

Rafael Ferreira de Souza Honorato (UEPB)

Comissão Organizadora

Adriege Matias Rodrigues (Doutoranda PPGE/UFPB)

Anne Karoline Cantalice Sena (Bolsista CE/UFPB)

Diego Miranda da Silva (Bolsista CCA/UFPB)

Gessica Mayara de Oliveira (Mestranda PPGE/UFPB)

Regina Alice Rodrigues Araújo Costa (Doutoranda PPGE/UFPB)

Rute Pereira Alves de Araújo (UAE/UFCG)

Saimonton Tinôco (CCA/UFPB)

Comissão Científica

Alejandra Montané López (UB/Espanha)

Alfredo Rajo (UIIM/México)

Alice Casimiro Lopes (UERJ)

Allan Rodrigues (UNESA)

Almudena A. Navas Saurin (UV/Espanha)

Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFF)

Antoni Sansisteban (UAB/Espanha)

Antônio Flavio Moreira (UCP)

Antonio Nóvoa (ULisboa)

António Teodoro (ULHT/Portugal)

Carlinda Leite (UPorto/Portugal)

Carlos Eduardo Ferraço (UFES)

Eduardo Jorge Lopes da Silva (UFPB)

Elisa Isabel Gavari Starkie (UNED/Espanha)

Elizabeth Macedo (UERJ)

Elsa Estrela (ULHT/Portugal)

Emília Prestes (UFPB)

Enrique Pastor Seller (UM/Espanha)

Fernando Marhuenda (UV/Espanha)

Filomena Maria G. S. Cordeiro Moita (UEPA)

Francesc Jesús Hernández I Dubon (UV/Espanha)

Guilherme Rego Silva (UMinho/Portugal)

Idelsuite de Sousa Lima (UFPB)

Inês Barbosa de Oliveira (UERJ/UNESA)

Janssen Felipe da Silva (UFPE)

José Augusto Brito Pacheco (UMinho/Portugal)

José Beltrán Llavador (UV/Espanha)

José Carlos Morgado (UMinho/Portugal)

José Carlos Morgado (UMinho/Pt)

José Pacheco (UMinho/Pt)

Licínio C. Lima (UMinho/Pt)

Maria de Lourdes Rangel Tura (UERJ)

Maria de Nazaré Tavares Zenaide (UFPB)

Maria Eliete Santiago (UFPE)

Maria Luiza Süssekind (UNIRIO)

María Victoria Pérez de Guzmán Puya (UPO/Espanha)

Míriam Abiétar López (UV/Espanha)

Newton Duarte (UNESP)

Ozerina Victor de Oliveira (UFMT)

Rafael Marques Gonçalves (UFAC)

Rita de Cássia Frangella (UERJ)

Roberto Sidnei Macedo (UFBA)

Roger Dale (Universidade de Bristol/Estados Unidos)

Roseane Maria de Amorim (UFAL)

Susan L. Robertson (University of Cambridge/Reino Unido)

Tânia Mara Rezende Machado (UFAC)

Trinidad Donoso-Vazquez (UB/Espanha)

Virgínio Isidro Martins de Sá (UMinho/Portugal)

Periodicidade da publicação

Bienal

Idiomas

Português

Editor

Even3 - R. Sen. José Henrique, 231 - Sala 509 - Ilha do Leite, Recife - PE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo. Anais...João Pessoa(PB) Universidade Federal da Paraíba, 2023

Disponível em <www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb>

ISBN: 978-85-5722-669-2

1. Educação

Universidade Federal da
Paraíba

CDD - 370

(/Home)

Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo (/anais/10coloquiocurriculopb)

A BNCC E OS HOLOFOTES DO MERCADO: AS INFLUÊNCIAS DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Publicado em 21/03/2023 - ISBN: 978-85-5722-669-2

Compartilhar (<http://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/532387-a-bncc-e-os-holofotes-do-mercado--as-influencias-do-setor-privado-na-educacao-brasileira/>)

Tweet ([https://twitter.com/intent/tweet?text=Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo&url=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/532387-a-bncc-e-os-holofotes-do-mercado--as-influencias-do-setor-privado-na-educacao-brasileira/&via=even3br](https://twitter.com/intent/tweet?text=Sem%20lei%20nem%20rei,%20me%20vi%20arremessado%20-%20por%20outros%20projetos%20pol%C3%ADticos%20de%20curr%C3%ADculo&url=https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/532387-a-bncc-e-os-holofotes-do-mercado--as-influencias-do-setor-privado-na-educacao-brasileira/&via=even3br))

Todos os Trabalhos (/anais/10coloquiocurriculopb)

Trabalho (<https://even3.blob.core.windows.net/anais/532387.pdf>)

Título do Trabalho

A BNCC E OS HOLOFOTES DO MERCADO: AS INFLUÊNCIAS DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Autores

- Kéli Renata Corrêa de Mattos
- Micheli Bordoli Amestoy

- Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto

Modalidade

Trabalho completo

Área temática

GT 01: Políticas curriculares para a Educação Básica e o Ensino Superior

Data de Publicação

21/03/2023

País da Publicação

Brasil

Idioma da Publicação

Português

Página do Trabalho

www.even3.com.br/Anais/10coloquiocurriculopb/532387-A-BNCC-E-OS-HOLOFOTES-DO-MERCADO--AS-INFLUENCIAS-DO-SETOR-PRIVADO-NA-EDUCACAO-BRASILEIRA

ISBN

978-85-5722-669-2

Título do Evento

X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares | VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas | III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

Cidade do Evento

João Pessoa

Título dos Anais do Evento

Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo

Nome da Editora

Even3

Meio de Divulgação

Meio Digital

DOI

Obter o DOI

Como citar

MATTOS, Kéli Renata Corrêa de; AMESTOY, Micheli Bordoli; NETO, Luiz Caldeira Brant de Tolentino. A BNCC E OS HOLOFOTES DO MERCADO: AS INFLUÊNCIAS DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.. In: Sem lei nem rei, me vi arremessado - por outros projetos políticos de currículo. Anais...João Pessoa(PB) Universidade Federal da Paraíba, 2023. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/10coloquiocurriculopb/532387-A-BNCC-E-OS-HOLOFOTES-DO-MERCADO--AS-INFLUENCIAS-DO-SETOR-PRIVADO-NA-EDUCACAO-BRASILEIRA>>. Acesso em: 26/03/2023 05:09

Trabalho

[Ver documento](#)

Even3
Publicações



X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

A BNCC E OS HOLOFOTES DO MERCADO: AS INFLUÊNCIAS DO SETOR
PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Kéli Renata Corrêa de Mattos (UFSM), Micheli Bordoli Amestoy (UFSM), Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto (UFSM)

Resumo: Atualmente, no Brasil a perspectiva neoliberal tem assumido um encargo hegemônico no contexto educacional, do qual se expressa predominantemente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto as evidentes influências do setor privado. Diante dessa premissa que esta pesquisa se institui, com o objetivo de analisar as relações entre a BNCC e os interesses mercadológicos, nas produções do Portal de Periódicos CAPES. Desta busca, obteve-se um total de 10 artigos que contemplam a temática central estabelecidas diante dos critérios estruturantes. Os resultados revelam os interesses mercadológicos difundidos no âmbito da construção e concretização da base, provenientes de organismos internacionais e de instituições e fundações sem fins lucrativos. Ademais, expressa a preocupação de pesquisadores brasileiros com a esfera das políticas públicas educacionais e os desdobramentos curriculares.

Palavras-chave: BNCC; Privatização; Políticas educacionais; Currículo; PPP

BNCC AND THE MARKET SPOTLIGHT: THE INFLUENCES OF THE PRIVATE
SECTOR ON BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT: Currently, in Brazil, the neoliberal perspective has assumed a hegemonic role in the educational context, which is predominantly expressed in the National Common Curricular Base (BNCC), given the evident influences of the private sector. In view of this premise, this research is instituted, with the objective of analyzing the relations between the BNCC and the market interests, in the productions of the CAPES Periodicals Portal. From this search, a total of 10 articles were obtained that contemplate the central theme established in view of the structuring criteria. The results reveal the widespread marketing interests in the context of the construction and implementation of the base, coming from international organizations and non-profit institutions and foundations. Furthermore, it expresses the concern of Brazilian researchers with the sphere of public educational policies and curricular developments.

Keywords: BNCC; Privatization; Educational policies; Curriculum; PPP.

INTRODUÇÃO

As ondas reformistas na educação, em curso no Brasil desde os anos de 1990, fazem parte do que Roger Dale chama de “Agenda Global Estruturada para a Educação (AGEE)” (DALE, 2004). Segundo Dale, essa agenda está relacionada com a “mudança de natureza da economia capitalista mundial como a força diretora da globalização e procuram estabelecer os

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

seus efeitos, ainda que intensamente mediados pelo local, sobre os sistemas educativos” (DALE, 2004, p. 426).

Essas reformas neoliberais, têm provocado um efeito dominó em várias políticas públicas educacionais que buscam alinhamentos e similaridades cada vez mais frequentes, redefinindo as compreensões de gestão escolar e da própria escola básica. Isso porque, essas reformas, têm introduzido novos atores ao sistema educacional como por exemplo, a Parceria Público-Privado (PPP) (ADRIÃO, 2018), a gestão por resultados (accountability educacional) (AFONSO, 2009), a nova filantropia (AVELAR; BALL, 2019), a terceirização e a mercantilização da educação (PERONI, 2016), ou seja, diferentes formas de privatizar o ensino público, com consequências imediatas ou a médio e longo prazos nas escolas.

Dentro das reformas educacionais recentes, estão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e a Base Nacional Comum para Formação de Professores (BNC-Formação), (BRASIL, 2019a). A BNCC, elaborada entre 2015 e 2018, expõe a evidente influência dos organismos internacionais na educação brasileira, uma vez que, o pacote de mudanças propostas pela BNCC e a BNC-Formação fazem parte de uma série de metas educacionais que o Brasil deve cumprir a partir da intrínseca relação entre o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) e a Agenda 2030, em especial, as metas oriundas do Objeto de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) o qual tem por objetivo “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas” (BRASIL, 2019b). E a BNCC, como o atual carro chefe das políticas educacionais brasileiras, surge com a ousada pretensão de assegurar a todos e a todas os (as) estudantes brasileiros (as) um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades, prometendo reduzir as desigualdades educacionais e melhorar a qualidade de ensino no país.

Em meio a conexões identificadas entre as políticas propostas pela agenda 2030 e o PNE 2014/2024, observa-se que: “[...] das dez metas dos ODS 4, sete foram previstas pelo PNE também. Entre as três restantes, a meta 4.7 pode ser realizada mediante a inserção de seu conteúdo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BRASIL, 2019b, p. 6).

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

A partir da AGEE (DALE, 2014) países colonizados tendem a buscar um balizamento de suas políticas públicas, adaptando-se aos padrões estabelecidos globalmente pelos países ricos. Esta padronização, em contexto educacional, reflete o alinhamento de determinadas políticas como, por exemplo, de currículo, de formação, de produção de material didático, de avaliação, entre outros.

A BNCC naturaliza-se em meio a um processo de standardização, já iniciado pelas avaliações externas e em larga escala no país, e às concepções gerencialistas de gestão educacional, as quais preveem a escolarização como uma prestação de serviço e apostam em um potente mercado, o educacional. A exemplo, pode-se observar a ascensão meteórica de editoras que produzem e oferecem uma gama de materiais didáticos atualizados e de acordo com as novas orientações curriculares previstas na BNCC.

O progressivo avanço das políticas neoliberais e a supremacia do capital financeiro especulativo nas últimas décadas, delimitaram aos Estados reformas que propiciam a mercantilização dos serviços públicos. Dentre as políticas neoliberais, as PPP, exercem o papel de submeter todos os serviços públicos ofertados pelo Estado ao mercado. Alianças empresariais como, por exemplo, o Todos Pela Educação tem executado parcerias nesta direção e acabam por impor sua agenda na educação pública, na justificativa de uma melhoria da qualidade e da infraestrutura do campo educacional. Um cenário carente, que o setor privado tem se interessado e adentrando cada vez mais, e com mais facilidade, legalmente.

Isso porque, de acordo com o Ministério da Economia (ME), entende-se como parceria público-privada um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) firmado pela Administração Pública e regulado pela Lei nº 11.079/2004. O valor assinado não pode ser inferior a vinte milhões de reais, e torna-se vedada a validação de contratos que tenham como único objeto o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos ou execução de obra pública.

A realização de parcerias consta nas diretrizes do Compromisso Todos Pela Educação, formalizado via decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, o qual dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Dentre as vinte e oito

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

diretrizes presentes no plano, a diretriz XXVII autoriza e estimula a prática de ‘parcerias’ na educação brasileira: “firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas” (BRASIL, 2007, p. 2).

O Termo “Parceria” é uma metodologia relativamente nova de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, estabelecida por meio da Lei das OSCIPS (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). A qualificação em uma OSCIP é atribuída a diferentes tipos de entidades privadas que têm atuação em diferentes áreas do setor público com interesse social, como é o caso da educação, e que podem ser financiadas pelo Estado ou por instituições privadas sem fins lucrativos.

A tendência ideológica concebida pelo relacionamento híbrido entre o público e o privado tem redesenhado o cenário das políticas curriculares no Brasil com a BNCC. Embasados na lógica de resultados, *rankings* e métricas, com metas a serem alcançadas na educação básica, todos ancorados no discurso da qualidade educacional, faz com que interesses articulados por grupos privados percebam e elejam a educação nacional como um produto, uma mercadoria de venda - troca, e que atenda as perspectivas de crescimento do capital.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os interesses mercadológicos (visíveis e ocultos), nas produções do Portal de Periódicos CAPES.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa qualitativa, baseia-se em uma revisão bibliográfica (GIL, 2002) realizada no Portal de Periódicos Capes, visando identificar a relação entre a BNCC e as PPP, termo considerado abrangente para identificação de discussões sobre o mercado. Para tanto, delimitou-se um recorte temporal de 2015 a 2022, tendo em vista que a construção do documento político da Base ocorreu ao longo de 2015, sendo a primeira versão disponibilizada em dezembro de 2015 (BRASIL, 2018).

Visando a contemplação da temática escopo deste estudo, foram utilizados os seguintes descritores de busca: “Base Nacional Comum Curricular” e “Parcerias Público-Privadas”, que

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo
05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

gerou um resultado de 58, restando 24 após a delimitação de artigos de periódicos revisados por pares. Realizou-se ainda uma segunda busca, com os seguintes descritores: “Base Nacional Comum Curricular” e “Público-Privado”, em que se obteve 96 resultados, que após a delimitação temporal e de artigos revisados por pares restaram 42 produções.

A amostra prévia composta por 24 produções provenientes da primeira busca e 42 produções da segunda busca, foram analisadas quanto a presença e a centralidade da BNCC e das PPP nas produções. Essa amostra prévia apresentava muitos artigos de outras áreas, como medicina e direito, assim foram selecionados apenas artigos voltados à área da educação e ensino. Além disso, observou-se que poucos se referiam às Parcerias Público-Privadas nesse formato, por vezes citando relação público privado, ou mesmo discorrendo a respeito da influência do setor privado/empresarial nas políticas educacionais.

Diante disso, optou-se por considerar na seleção dos textos, termos como: público-privado, instituições/fundações/agentes privados/as, setor privado e/ou empresarial, privatização e mercado, visando a inclusão de produções que discutem essas influências na Base, mas que não utilizaram exatamente o termo PPP. Após o cruzamento destes dados, a primeira busca resultou em uma amostra de 10 produções, enquanto que a amostra da segunda busca restringiu-se a apenas 3 produções. Ao realizar uma leitura flutuante dos textos e busca de termos, constatou-se que apenas 10 produções apresentam a relação BNCC-Mercado.

O PAPEL DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC E SEUS INTERESSES MERCADOLÓGICOS

Os 10 artigos que compõem a amostra constituem a discussão desta seção, visando representar as principais relações por eles estabelecidas entre a BNCC e as influências do mercado. Observou-se dois principais pontos de relação: as influências pré-Base, as quais atuaram na construção e implementação da política curricular e as influências pós-Base, momento em que o mercado educacional se expande devido às novas demandas.

No que se refere ao processo de elaboração da BNCC, a produção A1 de Neira, Júnior e Almeida (2016), aponta que desde a versão inicial do documento, não só grupos progressistas, como também os conservadores se posicionaram de forma contrária à proposta curricular. Para

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

os conservadores “o texto estava muito aquém do que seria desejável em termos de aquisição de conhecimentos” (p. 36, 2016), enquanto que os progressistas criticaram veemente “o acanhamento da proposta; esperava um documento mais engajado, sem qualquer espécie de aceno ao mercado ou às políticas neoliberais” (p. 36, 2016).

Ponderou-se também ao longo dos anos de construção da Base (2015-2018), a democratização do processo, pois a consulta pública para a comunidade ocorreu uma única vez de outubro de 2015 a março de 2016, e não houve uma prestação de contas sobre a inclusão das contribuições no documento. Ademais, devido ao golpe jurídico-midiático-parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016, sabe-se que as equipes que trabalharam na primeira e segunda versão da Base foram desfeitas, portanto não houve uma continuidade do trabalho. Com Michel Temer no poder, um comitê gestor assumiu a construção do documento e avançou em paralelo com a Reforma do Ensino Médio. A partir da terceira versão da Base, apresentou-se uma política de currículo baseada em competências e habilidades, concepções de ensino que até então não eram as presentes nas versões anteriores do documento (MARSIGLIA et al., 2017; MARCONDES, 2018).

Diante disso, associações, sociedades, instituições, sindicatos voltados à educação, sentiram-se silenciados(as), pois um grupo seletivo de ‘especialistas’ determinou a proposta de ensino aprendizagem da BNCC, bem como quais conhecimentos deveriam ser legitimados em um currículo nacional. De acordo com a produção A6, elaborado por Zanatta et al., (2019) verificou-se que: “A flexibilização do ensino e a reorganização curricular tendem a uma diminuição dos conteúdos historicamente sistematizados, promovendo o esvaziamento e a precarização do ensino público”. (ZANATTA et al., p. 1711, 2019, grifo nosso).

Além desse esvaziamento curricular, a falta de representatividade docente ao longo da construção do documento reduz os educadores a meros aplicadores. Tendo em vista a verticalização das políticas educacionais somada à responsabilização, os docentes não possuem meios de fuga, senão a adequação aligeirada às novas orientações. Assim, produções científicas têm desempenhado o papel de dar voz aos educadores, como ocorre no A4, em que Reis e Lunardi-Mendes (2018), direcionam a análise para a visão de jovens professores, os quais

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

evidenciam as problemáticas em torno do currículo comum para um país continental como o Brasil:

Me assusta um pouco o Ministério (da Educação) achar que o Brasil precisa de uma Base Nacional Comum. Se nós temos "Brasils", "Brasilidades", e aí nós temos um currículo nacional? Isso é totalmente contrário à perspectiva de currículo! O Currículo, ele nasce para aquele contexto, e se o Brasil tem contextos diversos, como é que eu vou ter uma base nacional comum? (REIS; LUNARDI-MENDES, p. 305, 2018).

Os textos da amostra não só demonstram as ausências dos reais envolvidos na educação ao longo da construção da Base, como apontam para os verdadeiros protagonistas dessa política. A produção A6, questiona a “participação de diversos setores que não pertencem ao campo educacional [instituições privadas]” concluindo que a BNCC não está a serviço da melhoria da qualidade da educação, mas está “de forma clara, atrelada aos interesses políticos e às demandas econômica” (ZANATTA et al., p. 1714, 2019). Embora todos os textos reconheçam a influência dos organismos internacionais e de instituições/fundações empresariais, na tabela a seguir, foram sistematizados os atores citados nas produções:

Tabela 1: Principais atores da BNCC, segundo as produções analisadas

Artigos	Atores
A2	Instituto Lehmann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Fundação Itaú Social, Instituto Singularidades (p. 24).
A6	Itaú (Unibanco), Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras. Além desses, podem ser apontadas, ainda, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação e Amigos da Escola (p. 1723).
A7	Banco Mundial, Movimento pela Base, coordenada pela Fundação Lemann, por meio do Lemann Center, vinculado à Universidade de Stanford-USA; pela Curriculum Foundation, instituição inglesa; Accara, instituição australiana e Phill Daro e Susan Pimentel que atuaram no Comonn Core americano, além de Sheila Byrd Carmichael, que assinam a avaliação da BNCC brasileira, conforme investigação de Peroni; Caetano e Arelaro (2019) (p. 11).
A8	Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Unibanco, Bradesco, Gerdau, Volkswagen, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Insper, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Inspirare, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), além do organismo Todos pela Educação. Estes são alguns dos grupos privados que se articularam no chamado Movimento pela Base Nacional Comum (p. 63).

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo
05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

A9	As instituições particulares foram várias, dentre elas o Banco Itaú, a Natura, Diversa, Cesgranrio e, principalmente, as que produzem os materiais didáticos: Fundação Santilana e Abrelívros, Instituto Ayrtton Senna, Insper e Fundação Roberto Marinho (p. 7).
A10	Gama de grupos e agências, públicas e privadas, nacionais/internacionais, que participam do financiamento [e da proposição] de políticas para a educação básica. Neste trabalho, é destacada a Fundação Lemman (e sua parceira, a Khan Academy) em função da existência de muitas ações voltadas à educação escolar (p. 192).

Fonte: Autores, 2022. Elaborada com excertos das produções em análise.

Na tabela, é possível identificar instituições/fundações que embora se apresentem como filantrópicas - sem fins lucrativos e atuem de forma regular como OSCIP, advém de sistemas empresariais, principalmente de sistemas bancários. Acredita-se que diante do exposto, pode-se constatar a influência do mercado na idealização e construção da Base, todavia o pós-BNCC demonstra ainda mais a legitimação desses interesses.

A fase de implementação da Base, configurou-se como o *boom* da indução às PPP e a venda de soluções educacionais. Esse direcionamento a intervenção do setor privado, foi evidenciado pelo próprio Guia de Implementação da BNCC, que apresenta como primeira etapa do documento a “Estruturação da Governança para Implementação”. Apresentando em seguida todas as políticas que precisam ser (re)elaboradas posteriormente a BNCC, como os currículos, as formações, os materiais didáticos e as avaliações. A partir disso, diversas empresas predatórias em todo o país, passaram a oferecer às instituições de ensino públicas pacotes/consultorias para adequação às demandas da Base. Conforme aponta a produção A3 de Galzerano e Minto (2018, p. 74) “as políticas de provimento de materiais didáticos estão em ritmo crescente, sobretudo após a homologação, em 2018, da Base Nacional Comum Curricular”. Na produção A7 de Roggero e Silva (2021), a forma como o setor privado tem influenciado a educação pública é notória, sendo possível identificar:

No cotidiano escolar, [...] por meio de apostilas, materiais de orientação aos docentes, planejamento de aulas, cursos e, até mesmo, na formação dos docentes com orientações para as suas práticas, incidindo fortemente sobre o planejamento curricular e transformando os profissionais da educação em executores de propostas padronizadas, como já se observa em muitos municípios, há vários anos (ROGGERO; SILVA, 2021, p. 11).

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

Nesse mesmo viés, o A4 de Reis e Lunardi-Mendes (2018), aponta que a parte tecnológica que a Base traz em sua proposta, serve de subsídio para as empresas venderem pacotes educacionais. Uma outra problemática destas consultorias, trata-se da:

depreciação do fazer docente, retirando a sua relativa autonomia na abordagem dos temas curriculares por meio da replicação de manuais, treinamentos e materiais didáticos unificados apresentados por setores fortemente ligados à iniciativa privada que atuam no ramo da educação (PAES; PIPANO, 2017, p.23).

Diante deste cenário desafiador, entende-se que os currículos escolares:

não podem mais continuar à mercê da mídia, das empresas, das editoras, dos grupos que constantemente pressionam escolas e professores para que determinadas formas de ver o mundo sejam validadas e outras esquecidas ou apagadas. (NEIRA; JÚNIOR; ALMEIRA, 2016, p. 39).

A fronteira entre o público e o privado, está cada vez mais tênue, diante do avanço do setor privado, o papel do Estado encontra-se cada vez mais difuso. O Estado passa de um prestador de serviços para um gestor, que entregou grande parte de suas atribuições para as empresas (AVELAR, 2019; CÁSSIO, et al., 2020). Concorde-se com a produção A10, que esta ação acaba favorecendo o discurso de que o privado é mais qualificado/eficiente do que o público, assim:

em nome da eficácia e eficiência (que o setor público não estaria dando conta de atender), as instituições privadas se colocam como parceiras dos entes estatais para desenvolver ações nas áreas de educação, produzindo materiais didáticos e propondo práticas pedagógicas direcionadas às diferentes áreas do conhecimento (MARTINS; FERREIRA, 2022, p. 199).

A produção A9 de Vasconcelos, Magalhães e Martineli (2021), entende que o estado abdicou do seu papel desde a aprovação da Base, uma vez que a mesma apresentava severas lacunas. Ademais, o documento “*representou as transferências dos serviços públicos para o setor privado, devido à influência de movimentos empresariais*” (VASCONCELOS; MAGALHÃES; MARTINELI, 2021, p. 7). Infelizmente, como aponta a produção A5 de Ramos (2018), a “*responsabilidade continuará recaindo sobre os estudantes, os professores e a escola, demonstração inequívoca da ausência do Estado e da dilatação deletéria do mercado que, de fato, selecionará os sobreviventes*” (RAMOS, 2018, p. 458).

Segundo a produção A3, pode-se dizer que “*a educação se torna meio – como qualquer outra mercadoria – para a realização de lucros capitalistas (em grande escala)*”

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo
05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

(GALZERANO; MINTO, 2018, p. 75). Sabe-se que a BNCC gerou uma lucratividade cascata, mas além disso, a produção A8 de Branco e Zanata (2021, p. 59) destaca que “*os agentes públicos e privados, presentes na condução da Base Nacional, compreendem que o currículo é um instrumento fundamental de formação humana e que determina certo projeto de sociedade*”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da conjectura tecida nesta pesquisa, da qual se articula a BNCC e os interesses mercadológicos identificados no contexto de construção e concretização do documento educacional vigente, identifica-se na base uma fonte inesgotável de estudo, visto os presentes entraves regidos a cargo do neoliberalismo e incorporação das PPP como coadjuvantes deste processo de precarização do ensino público.

Em linhas gerais, acredita-se que este estudo possa disseminar um olhar crítico sobre a BNCC e aguçar novos olhares e inquietações sistêmicas da educação e ensino aprendizagem. E ainda, a pesquisa tem subsídios para posteriores análises vinculadas ao trâmite educacional da base e outros desdobramentos.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ao Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e ao Grupo de Pesquisa IDEIA - Educação em Ciências.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A.J. Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.
- AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: Cássio, F. (Org). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342246482_O_publico_o_privado_e_a_despolitizacao_nas_politicas_educacionais#pf4>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- BRANCO, E.; ZANATTA, S. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. *Revista Insignare Scientia - RIS*, Cerro Largo, v. 4, n. 3, p. 58-77, mar. 2021. Disponível em:

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12114/7804> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019a. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 ago 2022.

BRASIL. Cadernos ODS 4- assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos: O que mostra o retrato do Brasil? Brasília: Ipea, 2019b. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9349/1/Cadernos_ODS_Objetivo_4_Asegurar%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20e%20equitativa%20e%20de%20qualidade.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Decreto Presidencial n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007.

CÁSSIO, F.; AVELAR, M.; TRAVITZKI, R.; NOVAES, T. A. F. HETERARQUIZAÇÃO DO ESTADO E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 41, p. 1-20, 2020.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.241711>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e241711.pdf>. Acesso em: 17 ago 2022.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? in Educação e Sociedade, Campinas, v.25, n.87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

GALZERANO, Luciana Sardenha; MINTO, Lalo Watanabe. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, v. 1, n. 47, p. 61-80, set. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10740/5206>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVAL, Christian . A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.

MARCONDES, M. E. R. As Ciências da Natureza nas 1ª e 2ª versões da Base Nacional Comum Curricular. Estudos Avançados, [s.l.], v. 32, n. 94, p. 269-284, dez. 2018.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0018>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152695/149191>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MARSIGLIA, A. C. G; PINA, L. D; MACHADO, V. O; LIMA, M. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM NOVO EPISÓDIO DE ESVAZIAMENTO DA ESCOLA NO BRASIL. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107- 121, abr. 2017. Disponível em:

Organização



Realização



Apoio





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

05 e 06 de setembro de 2022. João Pessoa/PB.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835/14343>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MARTINS, Eliezer Alves; FERREIRA, Maira. Políticas de currículo e as parcerias público-privadas: o movimento pela bncc e os efeitos para o ensino de ciências/química. Revista Insignare Scientia - RIS, Cerro Largo, v. 5, n. 2, p. 183-203, jun. 2022. Universidade Federal da Fronteira Sul. <http://dx.doi.org/10.36661/2595-4520.2022v5n2.12997>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/12997>. Acesso em: 15 ago. 2022.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, v. 1, n. 41, p. 31-44, set. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6807/3374>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas da política e educação. Etd - Educação Temática Digital, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 6, 11 mar. 2017. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647799>. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647799/15195>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PERONI, V. M.V. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação?. MOVIMENTO - REVISTA DE EDUCAÇÃO, v. 5, p. 1-27, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio na Rede Federal e nas Redes Estaduais: por que os estudantes alcançam resultados diferentes nas avaliações de larga escala?. Holos, [S.L.], v. 2, p. 449-459, 11 jun. 2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2018.6976>.

REIS, Valdeci; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. DE INICIANTES A VANGUARDISTAS: o uso de tecnologias digitais por jovens professores. Holos, [S.L.], v. 1, p. 297-316, 9 fev. 2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2018.4867>.

ROGGERO, Rosemary; SILVA, Adriana Zanini da. A DISPUTA DOS RECURSOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, OS ARRANJOS DO ESTADO COM O MERCADO E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, v. 1, n. 58, p. 1-17, jul. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/20847/9255>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VASCONCELOS, Carolina de Moura; MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira; MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico. A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: UM OLHAR SOBRE A BNCC. Eccos – Rev. Cient., São Paulo, v. 1, n. 58, p. 1-18, jul. 2021.

ZANATTA, Shalimar Calegari; BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; NEVES, Marcos Cesar Danhoni. UMA ANÁLISE SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. Revista E-Curriculum, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 1711-1738, 19 dez. 2019. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1711-1738>.

Organização



Realização



Apoio

